



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG**  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FAE**  
**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**A CONTRIBUIÇÃO DO CONSELHO ESCOLAR EM UMA GESTÃO  
DEMOCRÁTICA**

**SÍLVIA HELENA DA COSTA MARTINS**

**BELO HORIZONTE, 2013**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FAE  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**A CONTRIBUIÇÃO DO CONSELHO ESCOLAR EM UMA GESTÃO  
DEMOCRÁTICA**

Trabalho apresentado como requisito necessário para a conclusão do Curso de Pós Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob orientação da Professora Wanderléa Mendes Guedes do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

**BELO HORIZONTE, 2013**

# **FOLHA DE APROVAÇÃO**

SÍLVIA HELENA DA COSTA MARTINS

## **A CONTRIBUIÇÃO DO CONSELHO ESCOLAR EM UMA GESTÃO DEMOCRÁTICA**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado em \_\_\_\_ de julho de dois mil e treze, como requisito necessário para a obtenção de título em Especialista em Gestão Escolar, aprovado pela Banca Examinadora, constituída pelos seguintes educadores:

---

Avaliador

---

Prof<sup>a</sup>. Wanderléa Mendes Guedes -Orientadora

---

Sílvia Helena da costa Martins - Cursista

Belo Horizonte, \_\_\_\_\_ de julho de 2013

Dedico este trabalho aos meus queridos filhos Felipe e Maria Eduarda que sempre entenderam meus momentos de ausência, ao meu marido Cláudio pelo incentivo e paciência, aos meus pais e irmãos por sempre acreditarem em mim.

## **AGRADECIMENTOS**

Inicialmente agradeço a Deus pela oportunidade e força.

Aos meus filhos pela compreensão nos momentos de ausência.

Ao meu marido por estar sempre ao meu lado.

Aos meus pais pelo exemplo de perseverança.

Aos meus irmãos e sobrinhos pelo carinho.

A minha orientadora pela paciência e pelos conhecimentos transmitidos.

“O que se exige eticamente de educadoras e educadores progressistas é que, coerentes com seu sonho democrático, respeitem os educandos e jamais, por isso mesmo, os manipulem”

Paulo Freire.

## RESUMO

Este estudo é uma pesquisa sobre gestão democrática educacional. Onde o conselho escolar tem como função primordial contribuir para consolidação da gestão democrática. Há, porém muitos entraves para que essas reais atribuições aconteçam de forma eficaz e coerente com suas funções que lhes são próprias, ficando assim restritas apenas ao papel. Percebe-se que na maioria das instituições do município de Caratinga/MG a não efetivação do conselho é vista como um problema desafiador, uma vez que o conselho escolar é o órgão mais importante na tomada de decisões das instituições de ensino, como seguimento representativo da comunidade. Partindo deste princípio, faz-se necessário um estudo sobre o papel exercido pelo conselho escolar em uma gestão democrática, pelos representantes da comunidade escolar do Centro de Educação Infantil Municipal Jesus de Nazaré.

**Palavras-chave:** Conselho Escolar, gestão democrática, participação, educação de qualidade.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
1 - A Contribuição do Conselho Escolar em uma Gestão Democrática .....	10
1.1- Gestão Democrática e Conselho Escolar .....	10
1.2- Conceito de Conselho Escolar e sua função dentro do contexto escolar .....	12
1.3 - Atribuições do Conselho Escolar .....	12
1.4 - A função político-pedagógica do Conselho Escolar .....	13
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	15
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	16
ANEXO .....	18



## INTRODUÇÃO

As últimas décadas foram marcadas por intensos debates acerca da real atuação do Conselho Escolar, bem como sua funcionalidade. Entende-se que, para que os Conselhos sejam realmente espaços de decisão da comunidade escolar, eles precisam ser órgãos não simplesmente consultivos ou representativos, mas que tenham um caráter deliberativo, ou seja, que realmente estejam inseridos em todas as discussões e que participem das tomadas de decisões referentes à instituição escolar.

Partindo deste princípio é que se propõe um estudo especificamente do Conselho Escolar do Centro de Educação Infantil Municipal (CEIM) Jesus de Nazaré, destacando suas funções, bem como sua contribuição para uma gestão democrática, aspectos legais que amparam sua estrutura e funcionamento e principalmente analisar criticamente a atuação do conselho escolar do CEIM Jesus de Nazaré, bem como fomentar uma proposta de intervenção.

Assim, pretende-se com embasamento teórico, entender quais as possíveis contribuições que este órgão poderia propiciar se realmente exercessem efetivamente suas funções e apresentar o que realmente está acontecendo dentro do CEIM Jesus de Nazaré, a colaboração desse conselho escolar para uma gestão democrática, vislumbrando uma educação de qualidade.

Para tanto faz-se necessário apresentar alguns conceitos pertinentes à esta pesquisa, como a importância de uma gestão democrática, o conceito e atribuições do Conselho Escolar, além das possíveis intervenções necessárias para solucionar os entraves deste Centro de Educação Infantil Municipal.

Souza (2009, p. 1) define gestão democrática como:

A gestão democrática é (...) compreendida (...) como um processo político no qual as pessoas que atuam na/sobre a escola identificam problemas, discutem, deliberam e planejam, encaminham, acompanham, controlam e avaliam o conjunto das ações voltadas ao desenvolvimento da própria escola na busca da solução daqueles problemas. Esse processo, sustentado no diálogo, na alteridade e no reconhecimento às especificidades técnicas das diversas funções presentes na escola, tem como base a participação efetiva de todos os segmentos da comunidade escolar, o respeito às normas coletivamente construídas para os processos de tomada de decisões e a garantia de amplo acesso às informações aos sujeitos da escola.

Para que realmente esta gestão democrática aconteça, faz-se necessária uma participação efetiva de todos os membros da comunidade local, visto que, estes por estarem próximos, possuem a capacidade de identificar problemas, discutir, deliberar e planejar, encaminhar, acompanhar, controlar e avaliar o conjunto de ações voltadas para o desenvolvimento da própria instituição, com intuito de amenizar os problemas detectados. Porém é impossível falar de gestão democrática, sem destacar a importância dos Conselhos escolares, uma vez que estes estão presentes em todos os processos decisórios da instituição escolar.

Podemos encontrar inúmeras definições para conselho escolar, mas uma que caracteriza com precisão o conceito e suas atribuições é o apresentado pelo Ministério da Educação (2004, p. 34):

Os Conselhos Escolares são órgãos colegiados compostos por representantes das comunidades escolar e local, que têm como atribuições deliberar sobre questões político-pedagógicas, administrativas, financeiras, no âmbito da escola.

Assim, a partir de todo o exposto, nota-se que a participação efetiva dos conselhos escolares desempenham um fator relevante para a concepção de gestão democrática, pois quando todas essas funções são exercidas de forma eficaz, os conselhos escolares trazem enormes resultados para o âmbito escolar, propiciando transformações no cotidiano escolar, onde a educação ganha mais qualidade

# 1 - A CONTRIBUIÇÃO DO CONSELHO ESCOLAR EM UMA GESTÃO DEMOCRÁTICA

## 1.1- Gestão Democrática e Conselho Escolar

A Educação é uma luta histórica, cujo reconhecimento e implementação vêm acontecendo gradualmente. A Constituição de 1988 trouxe importantes mudanças políticas para a sociedade brasileira, especialmente rumo à democratização. Nas últimas décadas o Brasil passou por inúmeras mudanças, principalmente nas escolas públicas, onde a busca por uma gestão democrática passa a ser foco central.

Assim, antes de conceituar Conselho Escolar, torna-se fundamental um embasamento teórico sobre Gestão Democrática, bem como sua relevância neste contexto escolar. Para tanto, Oliveira, Moraes e Dourado (p. 11, s/d) explicam que:

A gestão democrática, no sentido lato, pode ser entendida como espaço de participação, de descentralização do poder e de exercício da cidadania. Nesse sentido reafirmamos a necessidade de instituir processos de efetiva participação política: a gratuidade do ensino; a universalização da educação básica e superior; o planejamento e a coordenação descentralizadas dos processos de decisão e execução; o fortalecimento das unidades escolares por meio da efetivação de sua autonomia; a articulação entre os diferentes níveis de ensino; a definição coletiva de diretrizes gerais para a educação nacional; a exigência dos planos de carreira para o magistério público; a vinculação de verbas para a educação; a democratização das formas de acesso, permanência e gestão.

O Ministério da Educação (2004, p. 28) relata a construção da gestão democrática e os processos de participação no sistema educacional das escolas públicas:

A gestão da escola se traduz cotidianamente como ato político, pois implica sempre na tomada de posições dos atores sociais (pais, professores, funcionários, estudantes...). Logo, a construção não pode ser individual, pelo contrário deve ser coletiva, envolvendo os diversos atores na discussão e na tomada de decisões.

Para que a tomada de decisões seja partilhada, é necessário vários mecanismos de participação, tais como: o aprimoramento dos processos de provimento ao cargo de diretor, a criação e a consolidação de órgãos colegiados (Conselhos Escolares, Conselho de Classe...), o fortalecimento da participação estudantil por meio de criação e consolidação de grêmios estudantis, a construção coletiva do projeto político-pedagógico da escola, a progressiva autonomia da escola e, conseqüentemente, a discussão e implementação de novas formas de organização e de gestão escolar e a

garantia de financiamento público de educação e da escola nos diferentes níveis e modalidades de ensino.

Assim, percebe-se a importância da gestão democrática dentro de todo o contexto escolar e principalmente a relevância do projeto político-pedagógico (PPP) para a consolidação da autonomia da escola neste cenário.

O Projeto Político Pedagógico (PPP) exerce papel fundamental em todo o processo de construção dessas políticas educacionais, visto que sua função é abrangente e dinâmica, desta forma o Ministério da Educação (2004, p. 24) atribui ao PPP:

O projeto político pedagógico ocupa um papel central na construção de processos de participação e, portanto, na implementação de uma gestão democrática. Envolver os diversos segmentos na elaboração e no acompanhamento do projeto pedagógico constitui um grande desafio para a construção da gestão democrática e participativa.

Assim, percebe-se que aconteça realmente uma gestão democrática, esta deverá apresentar uma participação efetiva de todos os envolvidos nesse contexto, ou seja, dirigentes escolares, professores, estudantes, funcionários, pais de estudantes, bem como toda a comunidade local. Essa participação ocorre com o envolvimento de todos com a finalidade de propiciar um trabalho coletivo no que concerne aos vários assuntos de interesse da escola. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2004, p. 34).

## **1.2- Conceito de Conselho Escolar e sua função dentro do contexto escolar**

O Ministério da Educação (2004, p. 34) conceitua Conselho Escolar:

Os Conselhos Escolares são órgãos colegiados compostos por representantes das comunidades escolar e local, que têm como atribuições deliberar sobre questões político-pedagógicas, administrativas, financeiras, no âmbito da escola.

Ainda de acordo com o Ministério da Educação em seu Programa nacional de fortalecimentos dos conselhos Escolares, as famílias, assim como toda a comunidade escolar e local, podem se envolver ativamente nas decisões tomadas pelas escolas dos seus filhos ou da sua comunidade. Candidatar-se a uma vaga no Conselho Escolar é uma boa maneira de acompanhar e auxiliar os trabalhos desenvolvidos na escola. Vislumbra ainda que o mesmo é constituído por

representantes de pais, estudantes, professores, demais funcionários, membros da comunidade local e o diretor da escola. Cada escola deve estabelecer regras transparentes e democráticas de eleição dos membros do conselho.

Ainda apresenta no caderno nº 1 (Programa Nacional de fortalecimento dos Conselhos Escolares), lançado pelo Ministério da Educação, onde define as funções da seguinte maneira:

A função deliberativa refere-se à tomada de decisões relativas às diretrizes e linhas gerais das ações pedagógicas, administrativas e financeiras quanto ao direcionamento das políticas públicas, desenvolvidas no âmbito escolar.

A função consultiva refere-se à emissão de pareceres para dirimir dúvidas e tomar decisões quanto às questões pedagógicas, administrativas e financeiras, no âmbito de sua competência.

A função avaliativa refere-se ao acompanhamento sistemático das ações educativas desenvolvidas pela unidade escolar, objetivando a identificação de problemas e alternativas para melhoria de seu desempenho, garantindo o cumprimento das normas da escola bem como, a qualidade social da instituição escolar.

A função fiscalizadora refere-se ao acompanhamento e fiscalização da gestão pedagógica, administrativa e financeira da unidade escolar, garantindo a legitimidade de suas ações.

(MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. Programa nacional de fortalecimentos dos conselhos Escolares. Brasília, 2004, p.41).

Quando todas essas funções são exercidas de forma eficaz, os conselhos escolares trazem enormes resultados para o âmbito escolar, propiciando transformações no cotidiano escolar, onde a educação ganha mais qualidade.

### **1.3 - Atribuições do Conselho Escolar**

O conselho escolar possui inúmeras atribuições, dentre elas a elaboração do regimento interno do conselho, quando será definido o processo de tomada de decisão, calendário de reuniões, substituição dos membros do conselho, etc. Frente tantas atribuições, o conselho exerce papel fundamental na elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP), pois cabe ao conselho avaliá-lo e reelaborá-lo se necessário for.

### **1.4 - A função político-pedagógica do Conselho Escolar**

O Conselho Escolar deve ter participação voltada ao processo de ensino-aprendizagem, acompanhando todo o desenvolvimento da prática educativa, tendo

participação efetiva no planejamento, na implementação e na avaliação das ações da escola.

No que se refere ao PPP à participação do conselho escolar na sua elaboração é fundamental, visto que existe a necessidade de se acompanhar as ações realizadas pela escola, se o que foi decidido está sendo colocado em prática e se estão sendo alcançados os objetivos propostos, ou seja, deve existir um acompanhamento permanente de forma diagnóstica e principalmente avaliativa, para assim, se necessário for, avaliar e reavaliar quais ações devem ser implementadas, mantendo o que está dando certo, mas possibilitando uma nova intervenção.

As instituídas sob forma de leis, viabilizam a implementação do Conselho Escolar nas escolas públicas, dando-lhes subsídios para o exercício de uma gestão democrática. Mas supõe-se que, mesmo com condições legais, a autonomia só dará se os sujeitos, assim desejarem, podendo tomar sentido diferente do proposto pelos fazedores de política. Porém dentro do CEIM não existe essa autonomia, uma vez que a Secretaria Municipal de Educação é quem toma as decisões que caberiam ao conselho escolar, não caracterizando assim uma gestão democrática, ou fato característico de uma gestão hierárquica é que ainda não existe processo eletivo no CEIM, onde a escolha do dirigente se dá mediante indicação, assim a comunidade escolar não participa do processo de escolha.

Com embasamento em atas de reuniões do colegiado da instituição em questão, percebe-se que a participação deste, se limitou, a reunião de constituição deste conselho e fiscalização da prestação de contas, não havendo nenhuma outra participação, o que comprova o que foi dito acima, o que realmente caracteriza uma gestão hierárquica, para se ter ideia, sabe-se que é de competência do Conselho avaliar e aprovar o PPP manifestar-se sobre a proposta curricular, aprovar os planos que visem melhoria na qualidade da educação, bem como a elaboração do calendário escolar, porém todos estes itens são de responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação. O calendário escolar é o único item que possibilita uma pequena participação da instituição, pois a mesma pode escolher uma data para a programação cultural, sendo esta a festa junina e a festa da família. Ficando evidente existe gestão democrática, afinal a Secretaria Municipal delega e o CEIM acata.

Assim, frente a tantos impasses, acredita-se que o primeiro passo a ser dado pelo gestor deste CEIM é propiciar aos membros deste conselho um momento de discussão e capacitação no que se refere às suas reais atribuições, pois assim, o gestor terá ajuda para solicitar da Secretaria Municipal mais autonomia nos assuntos pertinentes a este conselho.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Nota-se que cada vez deparamos com ações que buscam descentralizar as tomadas de decisões, em especial em âmbito escolar, visto que cada vez mais os gestores estão mais preparados e cientes de suas atribuições, mas também conscientes da necessidade de se dividir responsabilidades e partindo deste princípio é que estes buscam mecanismos para garantir a efetiva participação dos conselhos, sendo esta através de sugestões, propostas e fiscalização. Buscando uma parceria para a construção do PPP da escola, visando realmente estreitar os vínculos sociais com toda a comunidade local, trazendo os pais de alunos para participarem como cidadãos das deliberações da escola.

Frente a todo o exposto, percebe-se que é impossível que se alcance uma educação de qualidade em uma gestão democrática sem a participação efetiva dos conselhos escolares, é fundamental que se proponha metas, para vencer as barreiras que, de alguma forma, dificultam a participação destes conselhos, sem dúvida esse é o grande impasse.

Assim, só será possível alcançarmos resultados satisfatórios frente a este cenário, quando realmente todos os membros da comunidade escolar se mobilizarem em prol de um objetivo comum, que é a formação do ser humano, sendo estes sujeitos autônomos e solidário.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Constituição Federal**. Brasília, 1988.

BRASIL. **Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional – LDB n.º. 9394/96**. Brasília: Mec/SEF/COEDI, 1996.

BRASIL. **Programa nacional de fortalecimento dos conselhos escolares**. Brasília: **SEB/MG, 2004**. Disponível em <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em 02 de junho de 2013.

CAETANO, Maria Raquel – **Reflexões sobre Gestão Democrática e Qualidade de Ensino**. Editora Ática.

CARATINGA.MG. **Decreto Municipal nº 530 de 09 de abril de 2010**. Dispõe sobre a estrutura e funcionamento do Colegiado Escolar nas unidades municipais de ensino e dá outras providências.

CARATINGA.MG. **Portaria SME nº 11 de 03 de maio de 2010**. Dispõe sobre a estrutura e funcionamento do Colegiado Escolar nas unidades municipais de ensino.

DIAS, Maria Clarice. **Conselhos Escolares, uma lição de democracia**. Editora do Jornal Câmara, 2006. Disponível em: <http://ProMenino.org.br>. Acesso em 07 de junho de 2013.

OLIVEIRA, João Ferreira de; MORAES, Karine Nunes de; DOURADO, Luiz Fernandes. **Gestão Escolar Democrática: definições, princípios, mecanismos de sua implementação. Os caminhos de participação e a gestão democrática**. Disponível em: <[www.moodle3.mec.gov.br/UFMG](http://www.moodle3.mec.gov.br/UFMG)>. Acesso em 10 de maio de 2013.

OLIVEIRA, João Ferreira de. **A construção coletiva do projeto político-pedagógico (PPP) da escola**. 2010. Disponível em: <[www.moodle3.mec.gov.br/UFMG](http://www.moodle3.mec.gov.br/UFMG)>. Acesso em 10 de maio de 2013.

SOUZA, Ângelo Ricardo de. **Explorando e construindo um conceito de gestão escolar democrática**. 13/jul/2009. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010246982009000300007&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010246982009000300007&script=sci_arttext)> Acesso em 22 de maio de 2013.

SOUZA, Ângelo Ricardo de Souza. **Planejamento Coletivo**. Curitiba. 2005, p.5.

ANEXO  
PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

## **PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO**

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação do(a) Professor(a) Wanderléa Mendes Guedes do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

**CARATINGA- MG**

2013

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO**

**DÓGMAR ALVES DE SOUZA**  
**ODARYANE GONÇALVES BATALHA MOTTA**  
**SÍLVIA HELENA DA COSTA MARTINS**

**CARATINGA- MG**

**2013**

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	4
<b>1. FINALIDADES DA ESCOLA</b>	6
<b>2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL</b>	9
2.1 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL ADMINISTRATIVA	9
2.2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL PEDAGÓGICA	11
<b>3. CURRÍCULO</b>	14
<b>4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES</b>	17
<b>5. PROCESSOS DE DECISÃO</b>	19
<b>6. RELAÇÕES DE TRABALHO</b>	21
6.1. RELAÇÃO MONITOR – CRIANÇA E DEMAIS SEGMENTOS DA INSTITUIÇÃO	21
<b>7. AVALIAÇÃO</b>	23
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	27
<b>REFERÊNCIAS</b>	28

## INTRODUÇÃO

O Centro de Educação Infantil Municipal (CEIM) “Jesus de Nazaré”, com sede alugada na Travessa Jorge Coura Filho, nº 78-centro-Caratinga/MG, cumprindo suas finalidades estatutárias de acordo com o decreto executivo nº3176/2010 de 13/03/2010, atende crianças de 04 meses a 06 anos de idade.

Inicialmente era denominada Creche Comunitária Jesus de Nazaré, tendo como fundadora a Sra. Áurea Silveira Coelho, juntamente com Jerônimo Paiva Matos, Alfredo Porto da Silva, Maria Imaculada Coura e Juarez Araújo em 15/06/1981, não possuindo sede própria, o que fez-se necessário a mudança de imóvel várias vezes, até se instalar na atual sede por volta do ano de 2000;. Tinha como objetivo a assistência às famílias de baixa renda, exclusivamente no sentido de cuidar.

Hoje com o novo cenário da Educação Infantil no Brasil tem por finalidade oferecer atendimento, na modalidade direta, de cuidado e educação, possibilitando o desenvolvimento integral da criança nos aspectos cognitivos, sócio afetivo e psicomotor, ficando sob a responsabilidade da PMC assumir a direção e responsabilidade.

Atualmente o CEIM “Jesus de Nazaré” atende a uma clientela de 150 crianças de 04 meses a 06 anos em período integral e parcial, recebendo assistência administrativa e pedagógica da SME. Para que este trabalho seja realizado dentro dos critérios estabelecidos por lei, o corpo de funcionários é composto por 01(um) coordenador administrativo com formação em Mestrado em Meio Ambiente e Sustentabilidade, Pós-graduação em Matemática, em Gestão do Trabalho Pedagógico, Licenciatura Plena em Matemática e Física, Bacharelado em Ciências Contábeis e Licenciatura Curta em Ciências Físicas e Biológicas, 01(um) coordenador pedagógico com formação em Pedagogia e Pós-graduada em Arte terapia em Educação e Saúde; 14 (quatorze) monitores, sendo que 12(doze) possuem magistério do ensino médio, 02 (duas) com curso superior, somando um total de 12 (doze) designadas e 02 efetivas, 05 (cinco) auxiliares de serviços gerais,

sendo que 01 (uma) exerce a função de monitor, 04 (quatro) serventes das quais 02 são efetivas.

O CEIM “Jesus de Nazaré” atende a famílias do centro e de vários bairros da cidade com o nível socioeconômico razoável e que apresentam sua maioria o 2º grau completo. É uma entidade de natureza pública e mantida pela Prefeitura Municipal de Caratinga e tem parceria com a Escola Municipal Pingo de Ouro e com o curso de Enfermagem do Centro Universitário de Caratinga/UNEC com visitas semanalmente.

A (re) elaboração deste Projeto Político Pedagógico busca de forma coletiva destacar a função principal da entidade que é cuidar e educar. Solidifica desta forma seu papel social e possibilita às crianças o sucesso educacional, preservando seu bem estar e estimulando seu desenvolvimento físico, intelectual, emocional e social.

Desta forma, a construção do PPP se dá num cenário de intensas transformações da sociedade, onde se faz necessário a retomado do real papel das escolas e dos professores na construção de uma educação de qualidade social, considerando as necessidades dos atuais usuários da escola pública (Oliveira, 2010 p.168) .

Com base nessas transformações, as pressões para que as escolas se ajustem às mudanças em curso estão trazendo implicações substantivas para a construção do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, uma vez que este nem sempre passa a representar o corpo e a alma da escola, ou melhor, o que ela realmente é, o que a caracteriza e orienta a ação educativa.

O PPP da escola deve, de fato, mostrar a escola, com sua cultura organizacional, suas potencialidades e suas limitações. Ainda segundo Oliveira, seguindo nessa direção, o PPP, ao se colocar como espaço de construção coletiva, direciona sua constituição para consolidar a vontade de acertar, no sentido de educar bem e de cumprir o seu papel na socialização do conhecimento. Assim, o PPP deve expressar qual é o cerne, o eixo e a finalidade da produção do trabalho escolar.



## 1. FINALIDADES DA ESCOLA

O trabalho pedagógico desenvolvido nos Centros de Educação Infantil é um modelo que está em processo de construção, uma vez que sua percepção está aquém de tempo definido pelo governo federal: 1999. Dessa forma estamos como diríamos atrasados na reorganização dessa estrutura de atendimento, apesar do nosso olhar está voltado para o Educar e Cuidar. Os entraves vêm de uma modulação, ou melhor, dizer de estabelecer melhor as funções dos profissionais que atuam nas instituições para que os trabalhos pedagógicos sejam mais sistematizados e coerentes com as teorias recorrentes.

Com a (re) elaboração deste Projeto Político Pedagógico buscou-se de forma coletiva destacar a função principal da entidade que é cuidar e educar, ressaltando de forma sucinta sua função social, além de vislumbrar a importância da o sucesso educacional, preservando seu bem estar e estimulando seu desenvolvimento de uma forma geral. Um ponto negativo que deve ser destacado, diz respeito a forma como foi elaborado esse projeto político, uma vez que ficou restrito a uma equipe a sua finalização, entendo que na verdade este processo é de caráter coletivo e sua eficiência está interligado a todas as etapas de sua construção, até porque os centros de educação podem e devem buscar mais a participação da comunidade como um todo, visto que vivemos em um cenário democrático e esse processo deve ser respeitado e principalmente motivado para o sucesso de uma forma global.

Os Centros de Educação Infantil tem-se tornado para a comunidade Caratinguense mais que um ponto de apoio (assistencial) as famílias, os pais já olham para a “Creche” com o olhar voltado para o desenvolvimento integral do filho, que se refere ao Educar.

Isso se tornou realidade devido ao novo ordenamento legal iniciado com a Constituição de 1988 que se desmembra através do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), pela Lei Orgânica da Assistência Social (1993) e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, 1996). Como resultado disso, um novo status é conferido à criança, garantindo-lhe direito e tratamento de cidadã. No atual

contexto, sem dúvida, a LDB significou um grande avanço nessa área, rompendo com toda a normatização até então encontrada no país.

A partir da Constituição Federal de 1988, a educação infantil em creches passou a ser, ao menos do ponto de vista legal, um dever do Estado e um direito da criança. O Estatuto da Criança e do Adolescente, de 1990, destaca também o direito da criança a este atendimento. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº. 9.394, promulgada em dezembro de 1996, estabelece de forma incisiva o vínculo entre o atendimento às crianças de zero a seis anos e a educação. Nele, a educação infantil organizada em creche (0 a 6 anos) é considerada a primeira etapa da educação básica, tendo como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade.

O trabalho com as crianças de 0 a 6 anos refere-se ao Educar e Cuidar possibilitando assim que o desenvolvimento global da criança aconteça de forma significativa e prazerosa com um Espaço Físico adequado que colabore nesse processo e com materiais que se destinam as idades específicas. Desta maneira a instituição de Educação Infantil precisa adequar sua estrutura de acordo com a faixa etária que recebe, focada no desenvolvimento integral da criança.

Motivado por uma educação institucional para crianças de 0 a 6 anos, a Constituição Federal de 1988 declara que, a Educação Infantil passou a ser um dever do Estado e um direito da criança. Assim, essa etapa tem como finalidade “o desenvolvimento integral da criança até 6 anos de idade em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade” (ART. 29 da LDB). E a Política Nacional de Educação Infantil parte dessa finalidade para estabelecer como uma de suas diretrizes a dissociabilidade entre o cuidado e a educação no atendimento às crianças (BRASIL, 2005).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº. 9394 de 4 de dezembro de 1996, estabelece o vínculo entre o atendimento às crianças de 0 a 6 anos e a educação infantil com referências específicas de finalidade. Em seu título IV, que trata da organização da Educação Nacional, artigo 11, V, considera-se que os municípios incumbir-se-ão de oferecer a educação infantil em creches e pré-

escolas. Por isso a Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura de Caratinga, estabeleceu como prioridade de atendimento às crianças de 0 a 6 anos nos Centros de Educação Infantil que visa obter um parâmetro de qualidade nos serviços de Educação Infantil, baseados no acompanhamento, supervisão e avaliação para mensurar a qualidade do serviço prestado as famílias e crianças.

Portanto, as propostas pedagógicas da Educação Infantil deverão considerar que a criança é o centro do planejamento curricular como sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade em que está inserido. A criança é marcada pelo meio social em que vive, mas também contribui com ele, como um produtor e produtor da história e da cultura.

A nomenclatura CEIM no lugar de CRECHE transcende a própria palavra. O paradigma construído socialmente a respeito deste espaço era social, psicológica e assistencialista, portanto quando olhar volta para este espaço às pessoas veem essa configuração. Assim, na perspectiva de reconstruir a identidade do espaço para atender a criança de 0 a 6 anos para além do assistencialismo, mas com o olhar voltado para o desenvolvimento integral da criança alteramos aquilo que acreditamos ser o primeiro de muitas ações para romper com essa visão de depósito. O Centro de Educação Infantil foca o olhar em todas as estruturas das crianças, no seu EDUCAR E CUIDAR. Acreditamos que em cada contexto histórico existe uma ideologia no processo educacional, assim o termo creche na época que foi criado representava uma ideologia daquele período, hoje à perspectiva social representa outros paradigmas e ideologia, portanto o nome vem de encontro com a filosofia que a Secretaria Municipal persegue.

Baseado nestes princípios; foi elaborado esse Projeto Pedagógico para o quinquênio 2010 - 2015.

## 2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A estrutura Organizacional constitui o elo entre as orientações estratégicas da organização, sua atuação na escola e pode ser dividida em pedagógica e administrativa. A importância da estrutura de um plano tem sua importância nas relações entre as pessoas que constituem a organização por meio de ligações de dependência e de cooperação.

Para o atendimento no CEIM é necessário alinhar ações para adequar as normas gerais estabelecidas pelas Diretrizes Nacionais para Educação Infantil que visa ter professores com formação em pedagogia na função específica em cada instituição para que realize atividades pedagógicas para o desenvolvimento psicomotor, linguagem oral e aspecto afetivo-social para as crianças em período integral e parcial de 0 a 6 anos.

A dimensão educativa do CEIM está indissolúvelmente ligada ao atendimento das necessidades físicas mais elementares, uma vez que as crianças muito pequenas dependem integralmente dos adultos para higiene, alimentação e repouso. As instalações físicas, portanto, são diferentes daquelas apropriadas às crianças de maior idade. Além disso, é através do relacionamento afetivo com os adultos que elas recebem os estímulos necessários para o desenvolvimento de suas capacidades sensorio-motoras, cognitivas, comunicativas e emotivas.

### 2.1 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL ADMINISTRATIVA

O quadro de profissionais do Centro de Educação Infantil Municipal "Jesus de Nazaré" dispõe de profissionais com magistério, qualificação mínima exigida para a função e por capacitação oferecidos anualmente pela Secretaria Municipal de Educação. Estes profissionais são compostos por:

01 (uma) coordenadora administrativa com Mestrado Profissionalizante em Meio Ambiente e Sustentabilidade, pós-graduada em Matemática, com licenciatura

plena em Matemática e Física, licenciatura curta em Ciências Físicas e Biológicas e Bacharel em Ciências Contábeis;

01 (uma) Coordenadora pedagógica com formação em Pedagogia e pós-graduada em Arte terapia em Educação e Saúde;

- O CEIM conta com 5 (cinco) Auxiliares de serviços gerais; 2 efetivas sendo que uma presta serviço como monitora e 03 auxiliares designadas;

- 04 (quatro) Serventes, 02 efetivas e 02 designadas;

- 14 (quatorze) Monitoras, sendo que 12(doze) possuem magistério do ensino médio, 02 (duas) com curso superior, somando um total de 12 designadas e 02 efetivas;

O trabalho pedagógico desenvolvido nos Centros de Educação Infantil é um modelo que está em processo de construção, uma vez que sua percepção está aquém de tempo definido pelo governo federal: 1999. Dessa forma estamos como diríamos atrasados na reorganização dessa estrutura de atendimento, apesar do nosso olhar está voltado para o Educar e Cuidar. Os entraves vêm de uma modulação, ou melhor, dizer de estabelecer melhor as funções dos profissionais que atuam nas instituições para que os trabalhos pedagógicos sejam mais sistematizados e coerentes com as teorias recorrentes.

Ainda há muito que se fazer para melhorar a estrutura física do espaço de atendimento à criança, mesmo que muitos espaços já contemplem nesta Instituição específica percebemos que precisamos avançar muito na qualidade de atendimento. Atualmente a Instituição apresenta os seguintes espaços:

Nº de salas: 08

Secretaria: 01

Dispensa: 01

Cantina: 01

Refeitório: 01

Banheiro para corpo docente: 01

Banheiro para criança: 04

Brinquedoteca: 01

Videoteca: 01

Terraço: 01

Área livre: 01

Estamos funcionando em prédio alugado, inadequado a funcionamento de uma instituição de educação infantil.

Recebemos verba anualmente do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação).

## 2.2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL PEDAGÓGICA

O trabalho pedagógico desenvolvido nos Centros de Educação Infantil é um modelo que está em processo de construção, uma vez que sua percepção está aquém de tempo definido pelo governo federal: 1999.

O CEIM trabalha voltado para o foco do **Educar e Cuidar** possibilitando assim o desenvolvimento global da criança aconteça de forma significativa e prazerosa com um espaço Físico adequado que colabore nesse processo e com materiais que destinam as idades específicas. Desta maneira a instituição de Educação Infantil precisa adequar sua estrutura de acordo com a faixa etária que recebe.

O serviço dos coordenadores Pedagógicos e dos Especialistas de Educação tem por finalidade articular o trabalho pedagógico do CEIM, coordenando e integrando o trabalho dos funcionários do CEIM e de seus familiares com vistas de melhoria no Desenvolvimento Infantil. Os CEIMs recebem assistência das Coordenadoras pedagógicas Lotadas na Secretaria Municipal de Educação.

O monitor tem como função fundamental mediar o desenvolvimento e a formação integral das crianças dentro do processo do seu desenvolvimento. Desta forma compete ao monitor alcançar os objetivos propostos para desenvolver estratégias significativas que proporcionem cada vez mais os avanços no

desenvolvimento sócio afetivo, motor, psicológico e cognitivo do aluno. Os objetivos específicos são:

#### **Aspecto Cognitivo:**

-Trabalhar para que as crianças progredam com competência em relação à linguagem possibilitando a elas acesso aos bens culturais com maior participação no mundo letrado.

-Familiarizar-se com o mundo da escrita por meio da participação de situações lúdicas;

-Proporcionar situações de comunicação, possibilitando que a criança se expresse utilizando a linguagem verbal;

-Desenvolver a função semiótica através do exercício das funções da representação;

-Desenvolver a capacidade de reproduzir fatos ocorridos no cotidiano e relatar o que sentiu;

-Participar de variadas situações de comunicação oral, para que a criança possa interagir e expressar desejos e sentimentos cotidianos;

-Verbalizar ideias e sugestões para desafios levantados;

-Desenvolver a habilidade de levantar hipóteses;

-Desenvolver o conhecimento lógico matemático a partir de experiências e ações da criança sobre o objeto.

-Possibilitar à criança conhecer o mundo na sua diversidade.

#### **Artes Visuais**

-Ampliar o conhecimento de mundo que possuem, manipulando diferentes objetos;

-Desenvolver a criatividade e a capacidade de ler e produzir imagens.

#### **Música**

-Desenvolver a atenção e percepção auditiva;

-Estimular a tensão e percepção a partir da música reproduções e criações musicais.

-Desenvolver o autoconhecimento e o conhecimento do outro.

### **Aspecto PerceptivoMotor**

-Desenvolver o corpo de forma global e as habilidades motoras que assegurem o seu bem estar físico e emocional.

-Familiarizar-se com a imagem do próprio corpo;

-Explorar as possibilidades de gestos e ritmos corporais para expressar-se nas brincadeiras e nas demais situações de interação;

-Desenvolver atitude de confiança nas próprias capacidades motoras

### **Aspecto Sócio Afetivo**

-Desenvolver capacidades de ordem afetiva, priorizando a construção da autoestima e compreensão de sim mesmo e dos outros a partir de atividades lúdicas;

-Desenvolver as capacidades de ordem social e as atividades do convívio e integração com crianças e adultos (socialização);

-Desenvolver o julgamento moral, através da experiência coletiva e dos jogos com regras.



### 3. CURRÍCULO

De acordo com o Ministério da Educação o atendimento em creches e pré-escolas é assegurado como direito social das crianças e se afirma na Constituição de 1988, e reconhece a Educação Infantil como dever do Estado.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil de 2012, relata que o campo da Educação Infantil vive um intenso processo de revisão de concepções sobre educação de crianças em espaços coletivos, e de seleção e fortalecimento de práticas pedagógicas mediadoras de aprendizagens e do desenvolvimento das crianças. Em especial, têm se mostrado prioritárias as discussões sobre como orientar o trabalho junto às crianças de até 03 anos em creches e como assegurar práticas junto às crianças de quatro e cinco anos que busquem formas de garantir a continuidade no processo de aprendizagem e desenvolvimento das crianças, sem antecipação de conteúdos que serão trabalhados no Ensino Fundamental.

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) constitui de orientações pedagógicas que visam contribuir com a implantação ou implementação de práticas educativas de qualidade que possam promover e ampliar as condições necessárias para o exercício da cidadania das crianças brasileiras. Sua função é contribuir com as políticas e programas de educação infantil, socializando informações, discussões e pesquisas, subsidiando o trabalho educativo e técnico, professores e demais profissionais da educação infantil e apoiando os sistemas de ensino estaduais e municipais.

Ainda com base no RCNEI, considerando-se as especificidades afetivas, emocionais, sociais e cognitivas das crianças de zero a seis anos, a qualidade das experiências oferecidas que podem contribuir para o exercício da cidadania deve estar embasada nos seguintes princípios:

- o respeito à dignidade e aos direitos das crianças consideradas nas suas diferenças individuais, sociais, econômicas, culturais, étnicas, religiosas etc;

- o direito das crianças a brincar, como forma particular de expressão, pensamento, interação e comunicação infantil;
- o acesso das crianças aos bens socioculturais disponíveis, ampliando o desenvolvimento da capacidade relativo à expressão, à comunicação, à interação social, ao pensamento, à ética e à estética;
- a socialização das crianças por meio de sua participação e inserção nas mais diversificadas práticas sociais, sem discriminação de espécie alguma;
- o atendimento aos cuidados essenciais associados à sobrevivência e ao desenvolvimento de sua identidade.

O Currículo do CEIM Jesus de Nazaré se norteia através da rotina com base na organização do espaço e como se dá a evolução do desenvolvimento infantil, pois o tema “educar e cuidar” do CEIM vem em primeiro lugar.

Visando o pleno desenvolvimento de cada criança esta Proposta Política Pedagógica do CEIM destaca como meta principal a autonomia e o desenvolvimento global das crianças no que se refere aos aspectos: afetivo-cognitivo-social.

Assim, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) fomenta a necessidade de um atendimento individualidade, oportunizando a cada criança uma melhor qualidade na construção do conhecimento, ampliando-o e enriquecendo-o, oferecendo habilidades específicas que possibilitem desenvolver a capacidade de comunicar-se através de diferentes formas e expressar de acordo com seu modo de agir, pensar e sentir dentro de um clima de confiança e auto estima respeitando o nível de desenvolvimento real e proximal de cada um. Nesta perspectiva é preciso elaborar uma proposta Curricular que atenda cada idade e as habilidades que podem ser conquistadas em cada uma. A ênfase na apropriação de significados pelas crianças, na ampliação progressiva de conhecimento de modo contextualizado, com estratégias apropriadas a diferentes fases do desenvolvimento infantil.

Dessa forma defendemos uma perspectiva educacional que respeite a diversidade cultural promovendo o enriquecimento permanente do universo de

conhecimentos, por isso a necessidade de adotar estratégias educacionais que permitam as crianças desde bebês, usufruírem do ambiente a sua volta. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2008)

#### 4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

O planejamento é um dos principais instrumentos que o profissional dispõe para garantir com segurança o desenvolvimento do trabalho. Portanto ele deve estar de acordo com o Referencial Curricular da Educação Infantil e o diagnóstico inicial da turma. Portanto a organização da sala deve ser de acordo com as atividades (atividades Coletivas e atividades individuais) que possibilitem a criança, a partir de ações organizadas o pleno desenvolvimento. Para isso é preciso ter foco nos fatores fundamentais que estimulem o seu desenvolvimento integral a partir da curva de crescimento. Um foco na qualidade e olhar voltado para as 4 dimensões distinguidas: psicomotor, afetivo, social e cognitivo que visam garantir a sistematização da filosofia de trabalho de Educar no CEIM.

A Educação Infantil precisa respeitar cada etapa de evolução da criança estabelecendo uma conexão entre a Zona de Desenvolvimento Real e detectando a Zona de Desenvolvimento Proximal. O desenvolvimento da criança requer uma intensa participação por parte delas.

Neste processo de tornar o conhecimento significativo destacamos a importância de possibilitar a criança vivenciar e experimentar o mundo que a cerca. Um trabalho pedagógico que atenda a criança nos aspectos: afetivo-cognitivo-social buscando a integração desses fatores e assim viabilizar um processo de desenvolvimento integral da criança.

O planejamento das atividades precisa respeitar a especificidade de cada faixa etária, tendo como base a relação entre teoria e prática. O CEIM precisa estabelecer a relação entre o educar e cuidar.

Dentro desse processo é preciso realizar diferentes atividades que desenvolvam o faz-de-conta, trabalhos de grupo, experiências, aspecto psicomotor, música, arte, esquema corporal e imagem corporal. No entanto essas tarefas não se fazem mecanicamente é preciso que se estabeleça uma relação ativa entre o profissional/criança.

Outro fator importante é possibilitar experiência para que a criança expresse sua percepção sobre o mundo. O CEIM deve buscar constantemente trabalhar através dessas atividades a construção da autonomia, assim a construção da identidade se faz presente. Nessa construção a criança vai agir sobre o objeto de forma criativa e curiosa. O profissional será o mediador na construção do conhecimento da criança.

O trabalho tem uma intenção consciente e planejada visando alcançar os objetivos propostos e reestruturando quando necessário. Buscando orientação inicial, transmissão e assim assimilação do estudado; consolidação e aprimoramento do conhecido, habilidades e hábitos mediado pela organização do Referencial Curricular.

## 5. PROCESSOS DE DECISÃO

Vejamos o que Freire (1991) diz:

“A Escola Pública que desejo é a escola onde tem lugar de destaque, a apreensão crítica do conhecimento significativo, através da relação dialógica. É a escola que estimula o aluno a perguntar, a criticar, a criar; onde se propõe a construção do Conhecimento Coletivo, articulando o saber popular e o saber pelas experiências no mundo.”

A tarefa do gestor escolar não é fácil, gerenciar uma instituição de educação com coerência. Depende de muitos fatores como; inserção social, recursos que oferece, trabalho da equipe, questões pedagógicas, tamanho da escola, como considera a qualidade da educação, dentre outros. Cabe então ao gestor articular e mediar a tomada de decisão. O que vemos é um modelo em que os líderes não são democráticos, pois os interesses reais e coletivos e o compromisso sócio-político estão comprometidos. Torna-se difícil para os gestores decidir rumo do processo educacional. Isso é consequência de um sistema comprometido e excludente que é o ensino brasileiro em que pequena parte da população é beneficiada, enquanto que a grande parte é penalizada e excluída do processo ensino-aprendizagem.

O processo de Tomada de Decisão acontece quando surge uma situação problema que precisa ser referenciada ou investigada, assim o gestor no seu papel de chefe ou mesmo assessor deverá recorrer a princípios teórico-práticos que oriente a sua caminhada para a solução. (CARMO 2001).

Assim, administrar uma escola é bem diferente de administrar uma empresa. Na escola não há setores de produção, não visa lucro. Ela deve ter objetivos muito mais elevados; formar cidadãos íntegros, capazes de reconhecer seus direitos e deveres.

No município infelizmente não temos processos eletivos para escolha de gestores, ainda é por “indicação”, mas se visualiza no horizonte um caminho mais democrático e participativo na gestão escolar.

O Centro de Educação Infantil possui Conselho Escolar, com a participação de cada segmento de seu quadro de funcionários, mais pais e/ou responsáveis. Antes o Conselho Escolar se reunia esporadicamente. Em 2013 o Conselho tem reunido mensalmente e aos poucos vem entendendo sua função.

Portanto precisa ser formativa e contínua, tornando-se parte da atividade regular e cotidiana do profissional, possibilitando mudar de rumos, corrigirem a sua ação e adequar o seu trabalho às características identificadas suas crianças para acompanhar o desenvolvimento progressivo das crianças no seu desenvolvimento integral.

## 6. RELAÇÕES DE TRABALHO

É fato que a educação brasileira vem passando por inúmeras mudanças, sabe-se que todo este cenário engloba grande complexidade e envolvimento que a educação exige. O professor que se envolve, que se responsabiliza, é agente fundamental dentro deste contexto, visto que suas ações podem fazer uma enorme diferença, mas esta é uma luta constante e duradoura, e o grande desafio dos gestores está fundamentada em uma proposta que envolva os professores, que trabalhe com mecanismo que renove as esperanças, que possibilite ao educador acreditar nas pequenas mudanças e nos efeitos à vezes individuais e nem sempre perceptíveis como resultado do trabalho docente, da ação educativa.

Nas comunidades mais carentes, a escola aparece como uma instituição mediadora que faz a ligação com outros recursos e serviços oferecidos pela sociedade (Codo, 1999).

No CEIM Jesus de Nazaré pode-se considerar que há uma boa convivência entre os funcionários e também com as crianças. Raramente acontece algum conflito e quando esse surge, é resolvido rapidamente. Isso se deve por conta de ser um grupo pequeno e solidário, a diretora (coordenadora) tem um bom relacionamento com todos e tenta fazer com que o grupo seja unido. Existe também uma grande preocupação quanto à criança, seu relacionamento com colegas e funcionários da instituição. Cada funcionário está focado em suas atribuições, o que não impede que seja solidário ao colega, quando se faz necessário.

### 6.1. RELAÇÃO MONITOR – CRIANÇA E DEMAIS SEGMENTOS DA INSTITUIÇÃO

A interação MONITOR-CRIANÇA é um aspecto fundamental na organização do trabalho. O profissional assim como a criança traz consigo uma história de vida e é preciso conhecer para entender os diferentes comportamentos.

O monitor precisa preparar sua rotina com embasamento nos conhecimentos apresentados pela criança, por isso a importância da sondagem/ problematização. Evitando assim o descontentamento, monotonia e a falta de compreensão entre



ambos que geram os conflitos. Para tanto é preciso alguns cuidados: os recursos da linguagem, conhecer o nível de desenvolvimento das crianças, organização das atividades e objetivos claros (LDB, 1996).

Os profissionais aqui presentes procuram saber a vida histórica de suas crianças, conhecendo a realidade de cada um. Busca planejar tendo em vista a necessidade da turma, motivando para que busque superar seus medos. Por isso que utilizam a rodinha por que proporciona a socialização entre as crianças. Contudo na organização do trabalho escolar devem-se observar sempre a realidade, maturidade, experiências vividas por cada aluno.

O trabalho de CEIM deve ser orientado por vários princípios e cada um tem o seu, no entanto alguns precisam estar presentes em cada um de nós como: conhecimento do conteúdo a ser trabalhado, responsabilidade, cooperação, ética, fidelidade, compromisso, respeito, sinceridade, ou seja, uma filosofia que gera vida como principal fundamento do ser humano.

O relacionamento precisa buscar a cooperação e o respeito. Precisamos saber entender o outro e falar a verdade na hora e no lugar certo, precisamos também mostrar para as pessoas quem realmente somos deixando as máscaras caírem. É preciso enxergar onde estamos errando sem se preocupar com o outro, muitas das vezes só vemos o que está errado no outro e não olhamos para nós mesmos e assim nos fazemos de vítimas. É preciso aceitar que erramos; só que não admitimos o erro e aí acusamos o outro sem nenhuma fundamentação lógica, mostrando assim que não somos humildes. É preciso perguntar sempre: será que estou me fazendo de vítima?

## 7. AVALIAÇÃO

Todo processo administrativo–pedagógico numa instituição deve passar por uma avaliação para analisar os entraves e progressos. Nesta perspectiva o PPP terá uma avaliação no início do ano letivo e no final. No início para definir as metas para o ano corrente e no final para observar as conquistas pela escola.

Serão utilizados instrumentos para medir a eficácia das propostas constantes do projeto, tais como, levantamento, gráficos, questionário, mesa redonda, debates, júri simulado e outros. A partir dos aspectos citados nas reuniões terá ou não uma reelaboração do PPP.

A avaliação será feita por todos os funcionários da escola e comunidade escolar sob a coordenação da direção da escola.

Além da avaliação do PPP, dentro deste eixo avaliação, destaca-se a necessidade de se ressaltar a importância da avaliação dentro da Educação Infantil, onde a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção. O objeto da avaliação não deve ser o aluno, mas toda instituição, que se compõem das atividades realizadas, do relacionamento das crianças entre si e com os profissionais, dos materiais utilizados, das atividades desenvolvidas e das regras estabelecidas coletivamente e individualmente. Rever os objetivos da avaliação e ficar atento para que estejam sendo atingidos possibilitará ao profissional avaliar continuamente a evolução das crianças e do próprio trabalho pedagógico.

A avaliação é um instrumento de reconhecimento sobre as crianças, das suas diferenças e semelhanças. As qualidades, interesse e necessidades, bem como da eficiência do trabalho educativo, que se realiza na instituição.

Os instrumentos de avaliação no CEIM exigem diferentes olhares, diversificado, tendo como ponto de partida a *OBSERVAÇÃO DIRETA E INDIRETA*, que acontecerá em todos os momentos, tanto pelo monitor quanto pelo Coordenador Pedagógico possibilitando a ambos observar interpretar, investigar, acompanhar o

processo de desenvolvimento da criança. Para isso alguns instrumentos e procedimentos deverão ser utilizados: Observação; Registro.

- 1- **OBSERVAÇÃO:** A observação de forma sistemática permite ao monitor conhecer melhor sua criança nas dimensões cognitivas, afetivas, psicomotoras para analisar seu desenvolvimento nas atividades diárias e compreender seus avanços e dificuldades, estimulando a criança a realizá-las dentro de suas possibilidades. Acompanhar o desenvolvimento global da criança, isto é verificar os conhecimentos, habilidades e atitudes que serão construídas para que o profissional possa identificar que ações devem adotar.
- 2- **REGISTRO:** O registro é um procedimento fundamental que permite ao monitor acompanhar o processo de desenvolvimento da criança de maneira crescente.

Segundo Souza (1995) para que o processo de avaliação escolar tenha o potencial de contribuir com o aperfeiçoamento das ações em desenvolvimento deve revestir-se de características, tais como:

- ser democrático, no sentido de considerar que os integrantes da ação educativa são capazes de assumir o processo de transformação da educação escolar, sob a ótica dos interesses das camadas majoritárias da população;
- ser abrangente, significando que todos os integrantes e os diversos componentes da organização escolar sejam avaliados: a atuação do professor e de outros profissionais da escola; os conteúdos e processos de ensino; as condições, as dinâmicas e as relações de trabalho; os recursos físicos e materiais disponíveis; a articulação da escola com a comunidade, com os grupos organizados da sociedade; as relações da escola com outras escolas e instâncias do sistema;

"A avaliação se constitui em um processo de busca de compreensão da realidade escolar, com o fim de subsidiar as tomadas de decisões quanto ao direcionamento das intervenções, visando ao aprimoramento do trabalho escolar. Como tal, a avaliação compreende a descrição, a interpretação e o julgamento das ações desenvolvidas, resultando na definição de prioridades a serem implementadas e rumos a serem seguidos, tendo como referências os princípios e as finalidades estabelecidos no Projeto da Escola, ao mesmo tempo em que subsidia a sua própria redefinição (Souza, 1995, p. 63)."

- ser participativo, prevendo a cooperação de todos, desde a definição de como a avaliação deve ser conduzida até a análise dos resultados e a escolha dos rumos de ação a serem seguidos;
- “ser contínuo, constituindo-se efetivamente em uma prática dinâmica de investigação, que integra o planejamento escolar em uma dimensão educativa (Sousa, 1995, p. 64).”

Dentro deste contexto, o MONITOR é uma peça chave no processo de avaliação da criança, na medida em que se torna um referencial, assumindo, muitas vezes, o lugar da mãe ou do pai de outro elemento responsável pelo menor. No entanto, é profissional com uma identidade em construção que tem:

- É um referencial significativo, que deve sempre ter valor positivo, em relação à criança, e tem uma posição e um papel.
- Ela deve atuar como elemento de coesão, de união no grupo;
- Ela deve ajudar as crianças a cumprirem as normas e regras estabelecidas, quer pelas próprias crianças, quer pela administração da instituição do CEIM;
- Ela deve respeitar a individualização de suas crianças, ao mesmo tempo em que procura ajuda-las a desenvolver o sentido de nós, que só existe quando o grupo se forma e se mantém.
- Ela está ali para ajudar as crianças a crescerem como pessoas felizes e equilibrar o quanto permitirem o contexto social em que vivem;
- Ela precisa capacitar-se permanentemente para conhecer cada vez melhor seu aluno, seu trabalho, em termos de conteúdos, metodologias e recursos de apoio.

A monitora deve permanentemente questionar-se sobre esses pontos e avaliar o grau de seu desempenho em relação aos mesmos, para tanto, o monitor passa pelo processo de auto avaliação, onde será possível uma visão ampla de critérios fundamentais para o sucesso de seu trabalho como um todo.

- Assiduidade;
- Pontualidade;

- Grau de cultura geral e específica;
- Organização e planejamento das atividades;
- Emprego de técnicas dinâmicas que contem sempre com a participação efetiva das crianças;
- Grau de equilíbrio entre técnicas utilizadas que envolvam trabalho individual e em grupo;
- Criação, juntamente com as crianças, de recursos audiovisuais, aproveitando toda a capacidade criadora das crianças;
- Condições pessoais que permitem o descobrimento, a configuração, a compreensão e a interpretação da realidade do aluno;
- Coerência entre os métodos e processos empregados e a filosofia educacional vigente na instituição;
- Preocupação com os direitos, deveres e sentimentos das crianças, quer individualmente, quer em grupos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando retratamos assuntos relacionados à Educação, sempre nos deparamos com algo novo, por mais que busquemos, sempre chegamos a conclusão de que mais informações podemos adquirir, daquilo que está por vir. Assim entendemos a função proposta do Projeto Político Pedagógico (PPP), como um processo que nos conduz vincularmos informações do ambiente escolar de uma forma organizada, com vários momentos de reflexão e que ainda apresenta a possibilidade de implementar práticas que podem fazer toda a diferença dentro do processo educacional, compartilhando de grandes ideias dos educadores e de todos os envolvidos nesse sistema.

No decorrer deste processo de construção do PPP, as leituras foram fundamentais, visto que, dessa forma permitiu também uma renovação de valores, das certezas de tudo que realmente era funcional e principalmente daquilo que se tratava apenas de uma escrita fria e sem finalidade diária dentro do Centro de educação Infantil Municipal (CEIM) Jesus de Nazaré, para assim atingirmos mais plenamente os objetivos essenciais desse projeto, que diz respeito ao conhecer e transformar para assim, colaborar na transformação da sociedade.

A partir de todos os princípios apresentado neste documento, nota-se que existem peças fundamentais para a eficácia do mesmo, afinal esse documento deve ser utilizado por todos os professores, equipe administrativa e pedagógica, ou seja, todos da comunidade escolar. As lacunas e inadequações deverão ser anotadas e discutidas pela equipe, visando à revisão que deve ser feita anualmente com toda equipe escolar, pais e representantes da comunidade.

Assim, nota-se a importância de uma participação ativa de todos, observando à necessidade de envolver todos aqueles que vivem em torno da instituição no sentido de participarem de todos os assuntos pertinentes as tomadas de decisão, levando-os a se sentirem realmente como parte do processo, afinal vivemos em um país democrático e devemos levar esse sentimento de democracia para dentro da educação, com certeza assim alcançaríamos resultados surpreendentes.

## REFERÊNCIAS

ARIÉS, Philippe. História Social da Criança e da Família. 2ª edição. Rio de Janeiro: editora LTC, 1981. 196 p.

AZEVEDO, Janete Maria Lins de. O projeto político-pedagógico no contexto da gestão escolar. 2010. Disponível em: [moodle3.mec.gov.br/ufmg](http://moodle3.mec.gov.br/ufmg). Acesso em 22 de março de 2013.

BRASIL, Brasília. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394**, 20/12/1996. (Publicada no Diário Oficial da União, 23 de dezembro de 1996).

BRASIL. Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional – LDB n.º. 9394/96. Brasília: Mec/SEF/COEDI, 1996.

CABRAL, Suzana Veloso. **Psicomotricidade Relacional**: Prática Clínica e Escolar. Rio de Janeiro: Ed. Revinter, 2001. 354 p.

CURY, Carlos Roberto Jamil. O Direito à Educação: Um campo de atuação do gestor educacional na escola. 2010. Disponível em: [moodle3.mec.gov.br/ufmg](http://moodle3.mec.gov.br/ufmg). Acesso em 22 de março de 2013.

DIDONET, Vital. **A LDB e a política de Educação Infantil**. In: BRASIL/CÂMARA DOS DEPUTADOS/DIRETORIA/ LEGISLATIVA/ASSESSORIA LEGISLATIVA – A LDB e a política de Educação Infantil Estudo Técnico Específico. Brasília, 1997. p.9.

DOURADO, Luiz Fernandes (org.); OLIVEIRA, João Ferreira; SANTOS, Catarina Almeida. Brasil: MEC/INEP. A qualidade da educação: conceitos e definições. 2010. Disponível em: [moodle3.mec.gov.br/ufmg](http://moodle3.mec.gov.br/ufmg). Acesso em 15 de março de 2013.

ESCOLA DE GESTORES – MEC.. Avaliação da aprendizagem, avaliação institucional e gestão escolar: a síntese necessária. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 04 de abril de 2013.

GONÇALVES, Jussara dos Santos e CARMO, Raimundo Santos do. Gestão escolar e o processo de tomada de decisão. Disponível em: <http://www.nead.unama.br/site/bibdigital/monografias/>. Acesso em 23 de março de 2013.

KRAMER, Org.). **Com a Pré-Escola s**. São Paulo: Ed. Ática, 1994. p.110.

LEITE, Maria Isabel Ferras Pereira. **Infância e história: Leitura e escrita como prática de narrativa**. In: KRAMER, Sonia et al. Infância: Fios e desafios da pesquisa. Campinas, São Paulo: Ed. Papyrus, 1996. p.57-72.

LOPES, Alice Casimiro. Discursos nas políticas de Currículo. Currículo sem Fronteiras, v. 6, n. 2, pp. 33-52, jul/dez 2006. Disponível em: <http://www..org/curriculosemfrnteiros/vol6iss2articles/lopes.pdf>. Acesso em. 24 de março de 2013.

MACHADO, M.L. de A. A Formação dos profissionais docentes e não docentes da Educação Infantil. IN: *Educação Infantil: contruindo o presente*. Campo Grande: Editora UFMS, 2002, pp. 91-110.

MUNIZ, Luciana. **Naturalmente Criança: A Educação Infantil De Uma Perspectiva Sociocultural**. In: KRAMER, Sonia et al. Infância e Educação Infantil. Campinas: Ed. Papyrus, 2000. p. 243 – 267.

OLIVEIRA, Alex Marques Corrêa de; BERTONCINI, Patrícia. **As Expressões Possíveis da Agressividade Dentro De Uma Intervenção Psicomotora**. In: Psicomotricidade: Uma Realidade Transdisciplinar, IX, 2004, Olinda/Pernambuco. Congresso Brasileiro de Psicomotricidade. Sociedade Brasileira de Psicomotricidade. 515 p.

OLIVEIRA, João Ferreira de. A construção coletiva do projeto político-pedagógico (PPP) da escola. 2010. Disponível em: [moodle3.mec.gov.br/ufmg](http://moodle3.mec.gov.br/ufmg). Acesso em 20 de março de 2013.

OLIVEIRA, Sônia Onofri de. **A como estratégia de intervenção pedagógica**. Disponível em < <http://www.gota.com.br> > acesso em: 25/04/04



PERRENOUD, Philippe. **O bom senso não basta para educar crianças pequenas**. Revista Pátio. Educação Infantil, Porto Alegre, RS: Editora Artmed, agosto/setembro de 2003. p.18 – 20.

REFERENCIAL CURRICULAR NACIONAL PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL/  
Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.  
Brasília: MEC/SEF, 1998. vol. I e II.

SOUZA, Ângelo Ricardo (et al.). Avaliação institucional:: A avaliação da escola como instituição – 2010. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso em 04 de abril de 2013.

TAILLE, Yves De Lá; OLIVEIRA, Marta Kohl de; DANTAS, Heloysa. Piaget, Vygotsky, Wallon: Teorias Psicogenéticas em Discussão. 15<sup>o</sup> edição. São Paulo: Ed. Summus, 1992, 117 p.

WALLON, Henry. **As Origens do Caráter na Criança**. Trad. Por Pedro da Silva Dantas São Paulo: Nova Alexandria, 1971.256 p.

<http://www.knoow.net/cienceconempr/gestao/proctomaddecis.htm> acessado em 07 de abril de 2013.

[Conceito de relações de trabalho - O que é, Definição e Significado](http://conceito.de/relacoes-de-trabalho#ixzz2Po8yBOOM) <http://conceito.de/relacoes-de-trabalho#ixzz2Po8yBOOM> acessado em 07 de abril de 2013.